

# Superior Tribunal de Justiça

## AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.570.774 - GO (2019/0256922-3)

**RELATOR** : MINISTRO SEBASTIÃO REIS JÚNIOR  
**AGRAVANTE** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE GOIÁS  
**AGRAVADO** : MARCELO GABRIEL TELES (PRESO)  
**ADVOGADO** : WILIAN CARDOSO MACHADO - GO027878

### EMENTA

PENAL E PROCESSO PENAL. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. RECEPÇÃO E POSSE IRREGULAR DE ARMA DE FOGO DE USO PERMITIDO. DECRETO PREVENTIVO. REVOGAÇÃO. NECESSIDADE NÃO DEMONSTRADA. ORDEM DE *HABEAS CORPUS* CONCEDIDA PELO TRIBUNAL LOCAL. RECURSO ESPECIAL MINISTERIAL. PLEITO DE RESTABELECIMENTO DA PRISÃO. FUNDAMENTAÇÃO INSUFICIENTE PARA SUSTENTAR A MEDIDA RESTRITIVA. DESCABIMENTO DA APLICAÇÃO DA REGRA DE CONCURSO DE CRIMES DE FORMA ANTECIPADA, A PREJUDICAR O AGRAVADO. ART. 119 DO CP. FUNDAMENTOS INATACADOS. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 283/STF. ALTERAÇÃO DAS CONCLUSÕES. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 7/STJ. Agravo conhecido para não conhecer do recurso especial.

### DECISÃO

Trata-se de agravo contra inadmissão de recurso especial interposto pelo **Ministério Público de Goiás**, com fundamento no art. 105, III, *a*, da Constituição Federal, impugnando, por sua vez, o acórdão proferido pelo Tribunal local no HC n. 5084135.67.2019.8.09.0000, assim ementado (fl. 138):

EMENTA – *HABEAS CORPUS*. FLAGRANTE. IRREGULARIDADES. ALEGAÇÃO. SUPERADA. PRISÃO PREVENTIVA. INVIABILIDADE. ILEGALIDADE. 1 – Superadas as alegações de tortura sofridas pelo paciente, se o juiz da causa adotou providências para correção de eventual excesso policial. 2 – Impõe-se a soltura se as penas isoladas previstas abstratamente para os tipos penais não ultrapassam quatro anos, sendo inviável a decretação da prisão preventiva, à luz do art. 313, I, do CPP.

Ordem conhecida e concedida.

Os embargos de declaração opostos foram acolhidos, sem a atribuição de efeitos modificativos (fl. 156):

EMENTA - EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. *HABEAS CORPUS*. OMISSÃO NO ACÓRDÃO.

Impõe-se o provimento dos embargos para suprir omissão, visando melhor elucidar a matéria, sem impingir qualquer efeito modificativo ao julgado.

Embargos conhecidos e providos.

# Superior Tribunal de Justiça

Nas razões recursais, o Ministério Público estadual apontou negativa de vigência dos arts. 313, I, do Código de Processo Penal, e 69 do Código Penal, sustentando, em síntese, o cabimento da prisão preventiva do recorrido, ora agravado. Aduziu que, no caso dos autos, o Tribunal local desprezou o somatório das penas máximas dos crimes dos arts. 12 da Lei n. 10.826/2006 (3 anos) e 180, *caput*, do Código Penal (4 anos), *totalizando 7 anos, a autorizar a manutenção da segregação preventiva* (fl. 168).

Não foram apresentadas contrarrazões (fls. 175/176). O Tribunal de origem inadmitiu o recurso, por incidência do óbice da Súmula 7/STJ (fls. 179/180).

Contra essa decisão o órgão ministerial interpõe agravo (fls. 184/190). Instado a se manifestar, o Ministério Público Federal opinou pelo conhecimento do agravo e provimento do recurso especial, nos seguintes termos (fl. 206):

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. POSSE DE ARMA DE FOGO DE USO PERMITIDO E RECEPÇÃO. PRISÃO PREVENTIVA. LEGALIDADE. SOMATÓRIO DAS PENAS SUPERIOR A 4 ANOS DE RECLUSÃO. NECESSIDADE DE GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA DEVIDAMENTE DEMONSTRADA. PARECER PELO CONHECIMENTO DO AGRAVO E PROVIMENTO DO RECURSO ESPECIAL.

É o relatório.

Presentes os requisitos de admissibilidade, o agravo merece ser conhecido. Contudo, a irrisignação não merece acolhida.

No recurso especial, o órgão ministerial pretende, em síntese, que a prisão preventiva do agravado seja restaurada, tendo em vista o preenchimento dos requisitos previstos nos arts. 312 e 313 do Código de Processo Penal, ressaltando que, em caso de concurso material, deve-se considerar o somatório das penas máximas cominadas para efeito de consideração do art. 313, I, do Código de Processo Penal.

Na hipótese dos autos, a Corte de origem consignou (fl. 136 – grifo nosso):

[...] Noutro passo, vejo que a situação dos autos não comporta a decretação da prisão preventiva, que as penas isoladas, previstas abstratamente para os fatos atribuídos ao paciente (recepção e posse ilegal de arma de fogo), não ultrapassam 4 (quatro) anos, ausente, portanto, o requisito objetivo do artigo 313, I, do Código de Processo Penal. **Frise-se ainda a demonstração de que Marcelo reside numa fazenda em Mairipotaba e trabalha como vaqueiro.**

# Superior Tribunal de Justiça

A título de observação, vale consignar que o decreto prisional conversivo aponta a ousadia do acusado, que possuía várias armas de fogo em sua residência, e o registro de outro processo pelo artigo 12 da Lei 10.826. **Ocorre ser a fundamentação insuficiente para sustentar a medida restritiva, pois foram encontradas espingardas de uso permitido e a outra anotação refere-se ao mesmo tipo penal, que não envolve violência ou grave ameaça à pessoa.**

Assim, consoante liminar concedida, defere-se a ordem em definitivo.

[...]

No julgamento do recurso integrativo, acrescentou (fls. 154/155 – grifo nosso):

[...] No caso, reitero o entendimento de que o caso não comporta a decretação da prisão preventiva, pois as penas isoladas, previstas abstratamente para os crimes atribuídos ao paciente (receptação e posse ilegal de arma), não ultrapassam 4 (quatro) anos, logo ausente o requisito do artigo 313, I, do Código de Processo Penal. Frise-se a demonstração de que Marcelo reside numa fazenda em Mairipotaba e trabalha como vaqueiro.

Vale ressaltar que o decreto prisional conversivo aponta a ousadia do acusado, que possuía várias armas de fogo em sua residência, e o registro de outro processo pelo artigo 12 da Lei 10.826. Ocorre que tal fundamentação é insuficiente para permanência da medida restritiva, pois foram encontradas espingardas de uso permitido e a outra anotação refere-se ao mesmo tipo penal, que não envolve violência ou grave ameaça à pessoa.

É certo, como afirma o representante ministerial, que a decisão também faz referência à apreensão de única munição 9mm, de uso restrito, mas dela consta capitulação relativa somente ao artigo 12 da Lei 10.826, e tal circunstância será avaliada oportunamente pelo titular da ação penal, pois ainda não há denúncia.

Tenho, portanto, que o **encarceramento precoce deve ser visto como excepcionalidade e a aplicação de concurso de crimes (material, formal ou continuado), em caso de eventual condenação, não pode ser analisada antecipadamente para prejudicar o paciente.**

Vale registrar a existência de institutos penais que, nesse sentido, atuam em prol do acusado, a exemplo do artigo 119 do Código Penal, que trata da **prescrição** e assim dispõe: "no caso de concurso de crimes, a extinção da punibilidade incidirá sobre a pena de cada um, isoladamente".

[...]

A teor da jurisprudência desta Corte, considerando a natureza excepcional da prisão preventiva, *somente se verifica a possibilidade da sua imposição quando evidenciado, de forma fundamentada e com base em dados concretos, o preenchimento dos pressupostos e requisitos previstos nos arts. 312 e 313 do Código de Processo Penal - CPP. Deve, ainda, ser mantida a prisão antecipada apenas quando não for possível a aplicação de medida cautelar diversa, nos termos do previsto no art. 319 do CPP* (HC n. 444.094/SP, Ministro Joel Ilan Paciornik, Quinta Turma, DJe 7/6/2018 – grifo nosso).

# Superior Tribunal de Justiça

Na hipótese dos autos, verifica-se que o Tribunal local concluiu pela insuficiência de fundamentação para a permanência do decreto restritivo, pela impossibilidade de aplicação da regra de concurso de crimes no presente estágio, bem como pela aplicação do disposto art. 119 do Código Penal, destacando, ainda, que *Marcelo reside numa fazenda em Mairipotaba e trabalha como vaqueiro*, não havendo, com isso, motivos concretos para o encarceramento do ora agravado.

Ocorre que o órgão ministerial não se desincumbiu, nas razões do especial, de refutar esses argumentos, utilizados como fundamentos pelo acórdão estadual para conceder a ordem lá impetrada, o que atrai a incidência da Súmula 283/STF, aplicada analogicamente.

Além disso, a reversão das conclusões do Tribunal local esbarraria no disposto no Enunciado 7 da Súmula desta Corte Superior.

A esse respeito:

AGRAVO REGIMENTAL EM RECURSO ESPECIAL. REQUISITOS DA PRISÃO PREVENTIVA. REVISÃO DO JULGADO. IMPOSSIBILIDADE. NECESSIDADE DO REEXAME DO CONJUNTO FÁTICO-PROBATÓRIO. SÚMULA 7/STJ. AGRAVO REGIMENTAL IMPROVIDO.

1. A violação do art. 312 do CPP, nos termos em que foi apresentada, não prescinde da incursão no conjunto fático-probatório, para que se verifique a necessidade da prisão cautelar do agravado. Incidência da Súm. 7/STJ (AgRg no AREsp n. 1.205.382/PI, Ministro Reynaldo Soares da Fonseca, Quinta Turma, julgado em 15/3/2018, DJe 23/3/2018).

2. Agravo regimental improvido.

(AgRg no REsp n. 1.773.794/PR, Ministro Nefi Cordeiro, Sexta Turma, DJe 21/6/2019)

AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PENAL E PROCESSUAL PENAL. ESTUPRO DE VULNERÁVEL. PRISÃO PREVENTIVA. REVOGAÇÃO PELO TRIBUNAL DE ORIGEM. DESNECESSIDADE DA PRISÃO. MEDIDAS CAUTELARES DIVERSAS. REVISÃO DO JULGAMENTO. REEXAME FÁTICO-PROBATÓRIO. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA N.º 7/STJ. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO.

1. A Corte estadual concluiu não haver argumentos capazes de justificar o receio de risco à ordem pública e consignou que a prisão seria desnecessária no atual estágio da ação penal, admitindo como suficiente a aplicação de medidas cautelares diversas da prisão.

2. Nesse contexto, para se entender pela presença de qualquer um dos fundamentos da prisão preventiva, seria necessário reexaminar os aspectos fáticos do caso, o que não é possível no recurso especial, conforme se extrai do Enunciado Sumular n.º 7 desta Corte Superior.

3. Agravo regimental desprovido.

# *Superior Tribunal de Justiça*

(AgRg no AREsp n. 1.414.313/GO, Ministra Laurita Vaz, Sexta Turma, DJe 22/4/2019)

Ante o exposto, com fundamento no art. 253, II, *a*, do RISTJ, **conheço** do agravo para **não conhecer** do recurso especial.

Publique-se.

Brasília, 09 de outubro de 2019.

Ministro Sebastião Reis Júnior  
Relator

